

3. A CONCORDÂNCIA DE TERCEIRA PESSOA PLURAL: A VARIEDADE INSULAR DO PE (FUNCHAL)

Aline Maria Bazenga

INTRODUÇÃO

O objeto deste capítulo é dar conta da especificidade da variedade urbana do Funchal (Ilha da Madeira, uma variedade insular do Português Europeu (PE)) no que se refere à aplicação da regra de concordância verbal de terceira pessoa do plural (P6). Mais especificamente, indo ao encontro de Galves (2012, p. 134), para quem “a saliência fônica em si não parece desempenhar nenhum papel no [PE] dialetal”, hipótese que tem vindo a ser desenvolvida em Mota; Vieira (2008), Mota; Miguel; Mendes (2012) e Mota (2013), procura-se aprofundar a questão do comportamento dos fatores fonéticos que supostamente afetariam a concordância verbal em PE, através de uma descrição mais detalhada das construções da amostra insular do PE (Funchal).

Com efeito, alguns estudos, nomeadamente os de Vianna (2011), Bazenga (2012) e de Vieira; Bazenga (2013), realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional já referidos na apresentação desta obra (doravante *Projeto Concordância*), que inclui na sua amostra básica dados coletados na cidade do Funchal na Ilha da Madeira (*Corpus Concordância*²⁰), mostraram que esta variedade urbana insular se distingue claramente das variedades continentais do PE, tanto na atuação de fatores linguísticos como de natureza extralinguística em fenômenos de variação linguística.

²⁰ Conforme consta da Apresentação desta obra, o *Corpus Concordância* contém entrevistas sociolinguísticas e as suas transcrições realizadas junto de 18 informantes, distribuídos por sexo, três faixas etárias (18-35 anos; 36-55 anos; 56-75 anos) e três níveis de escolaridade (fundamental: 5 a 8 anos; médio: 9 a 11 anos; superior: mais de 11 anos), em cada ponto de inquérito: Oeiras (OEB) e Cacém (CAC), na Região Metropolitana de Lisboa, e de Funchal (FNC), na Ilha da Madeira, para as variedades do PE; Coparabana (COP) e Nova Iguaçu (NIG), na Região metropolitana do Rio de Janeiro, para as variedades do PB, e uma amostra relativa a São Tomé (PST), variedade africana do português. As amostras do PE e do PB estão disponíveis no site do projeto: <http://www.concordancia.letras.ufli>.

No que se refere à variável dependente concordância verbal de P6, o estudo mais recente sobre esta matéria, o de Vieira; Bazenga (2013) – revisito e traduzido no Capítulo 2 deste livro – permitiu confirmar, para além de dados com a forma verbal padrão de PN6 (desinência número-pessoal) exigida no PE (caracterizada pela realização do ditongo nasal [ãw] ou [ãj]), consoante os paradigmas verbais), a existência na amostra insular das seguintes três variantes flexionais não-padrão: (i) variante em vogal oral isomórfica de marcador de P3 no verbo (*elas à que chegava à escola; os outros tinha as costas quentes; as laranjas caía no chão*); (ii) variante uniformizadora de paradigmas verbais, representada por -EM (*eles não usavam nada disso; quando elas vinham à nossa casa; eles mandarem fazer uns sapatos*); e (iii) variante representada por -U, com realização oral [u] ou nasal [ũ] (*eles estavam a saltar à corda e a pilhagem; que eles lá curtio para cabedal*).

Do conjunto de fatores linguísticos em atuação, aquele que se relaciona com condicionamentos de tipo morfológico (MOTA; VIEIRA, 2008; MOTA, MIGUEL, MENDES, 2012; MOTA, 2013) tem vindo a ser apontado como um dos traços mais diferenciadores das variedades do PE, quando comparadas com as outras variedades não europeias do Português (brasileiras e africanas). Assim, de acordo com Mota (2013), não se aplicaria nas variedades do PE o princípio da saliência fônica (LEMIE; NARO, 1977) tido por referência nas variedades do PB, segundo o qual quanto maior for a diferenciação fônica entre as formas singular e plural, maior será também a tendência para a realização da marca de concordância no verbo. Mota (2013) formula a hipótese de existência de modelos diferenciados de resolução morfológica não-padrão para a diversidade da realização fonética de PN6: o *Covert Agreement* ou o Modelo “Concordância Implícita”²¹ (CI), dando conta das variantes flexionais observadas em variedades do PE, caracterizadas por uma morfologia flexional verbal mais rica, que exibe um menor grau de sincretismo de marcadores de número-pessoa (PN)²² no verbo, quando comparado com outras variedades do Português (em algumas variedades do PB e africanas, por exemplo, a morfologia verbal é muito reduzida e marcada por um grande grau de sincretismo – eu/tu/você/ele/nós/eles *falda*). Para estas variedades, a autora propõe um modelo distinto, por nós designado “Concordância Reduzida” (CR).

²¹ Designação de responsabilidade da autora deste capítulo.

²² Em PE padrão, na maioria dos paradigmas verbais (8 em 10) referentes aos verbos ditos regulares, a diferença fonética entre P6 e P3 consiste na presença de um ditongo nasal vs e uma vogal oral (*fall[ãw]* vs *fall[ã]*), ou zero, como em verbos com VT /el/ e /i/ (*pod[ã]* vs *pod[]* ou *abris[ã]* vs *abris[]*). Nesta variedade, o sincretismo existente na morfologia verbal afeta sobretudo P1 e P3 (*eu/ele falava; eu/ele falasse; eu/ele fala*, por exemplo).

Outro traço, sugerido em estudos realizados no âmbito do Projeto Concordância, e que singulariza a variedade falada no Funchal em relação às variedades europeias, reside no condicionamento exercido pelas variáveis extralinguísticas (nível de *Escolaridade*, *Sexo*) na variação linguística, aspecto que até então só tinha sido observado em variedades do PB.

Atendendo ao sumariamente exposto, este capítulo organiza-se em duas secções principais: num primeiro momento (Secção 1), serão descritas, em 1.1, com mais detalhe, incidindo sobre a interface fonética/sintaxe, as variantes flexionais não-padrão atestadas em contextos de concordância verbal de P6 na variedade do Funchal do PE nos trabalhos de Bazenga (2012) e de Vieira; Bazenga (2013); ainda nessa secção, em 1.2, propõe-se uma reanálise dos dados atendendo ao Modelo CI proposto por Mota (2013), que se fundamenta, como referido, em propriedades morfológicas subjacentes aos marcadores de PN no verbo; por fim (Secção 2), serão consideradas as variáveis sociais que condicionam, nessa variedade insular do PE, a realização das variantes flexionais não-padrão mencionadas na Secção 1.

1. CONCORDÂNCIA VERBAL DE P6 NA VARIEDADE FALADA DO PE NO FUNCHAL (ILHA DA MADEIRA)

O estudo da aplicação variável da regra de concordância verbal de P6 é o fenómeno morfológico e sintático mais estudado na variedade de Funchal (doravante, PE-Funchal), sendo possível observar algumas tendências, em termos quantitativos e qualitativos, no que se refere aos padrões de variantes em coexistência nessa variedade urbana e insular do PE.

Em termos de resultados globais de realização da concordância verbal de P6, incluindo pronúncias padrão e não-padrão de PN6, Bazenga (2012) registrou, a partir de uma amostra FNC do *Corpus* Concordância, 84% de concordância no contexto acima referido, percentagem que se relaciona fundamentalmente com o facto de ter incluído ocorrências do tipo *tem/têm* e construções com verbo *ser* antecedido de SN topicalizado. Em estudo posterior, Vieira; Bazenga (2013), recorrendo também a uma amostra do mesmo *corpus*, mas adotando critérios uniformizados²³, registraram um índice de

concordância de 94,7%, valor que se situa numa posição intermédia, quando comparado com os resultados obtidos nas outras amostras, tanto europeias, brasileiras e africanas: 99,1% (Oeiras) e 99,2% (Cacém), as duas amostras do PE continental, 89,1% (Copacabana) e 78,2% (Nova Iguaçu), do PB, e 92,1% na amostra de São Tomé. Esses índices gerais permitem observar o contraste entre variedades do Português, quanto ao tipo de regra (LABOV, 2003): as variedades do PE continental caracterizam-se por apresentarem uma regra semicategorial de concordância de 3ª pessoa, enquanto as variedades não europeias exibem uma regra variável. A variedade do PE-Funchal demonstra um comportamento que se situa no limite entre uma regra semicategorial e variável.

Fica patente também neste trabalho, tal como em outros estudos variacionistas da concordância verbal de P6 (MONGUILHOT, 2009; RUBIO, 2012; MONTE, 2012; BRANDÃO; VIEIRA 2012), que o conjunto de fatores em atuação nas variedades do PE parece obedecer a condicionamentos morfológicos (sândi externo) e sintático-semânticos do tipo genérico ou de natureza “universal”²⁴ (sobretudo posição e tipo de sujeito), restrições que afetam as línguas, independentemente da sua tipologia, como referido em Corbett (2000, p. 201) e já mencionado no Capítulo 2 deste livro.

No entanto, tanto em Bazenga (2012) como em Vieira; Bazenga (2013), a variedade do PE-Funchal distingue-se das variedades urbanas do PE por apresentar um conjunto de padrões de variantes flexionais de PN6 mais rico, comparável com os dados de subvariedades rurais ou semiurbanas (MOTA; RODRIGUES; SOALHEIRO, 2003; MOTA; VIEIRA, 2008; MOTA, 2013) ou da variedade de Braga, estudada por Rodrigues (2012). Com efeito, na variedade do Funchal, para além das variantes flexionais padrão de PN6, foi possível constatar – conforme se apresentou ao fim da introdução do presente artigo

formas verbais de 3ª pessoa plural em estruturas de indeterminação; aparentes sujeitos de 3ª pessoa plural (expresso ou nulo) que remetem para constituintes topicalizados; construções com verbo copulativo, que podem ser interpretadas como apresentacionais; formas verbais infinitivas, dada a frequente ambiguidade na referência (se pessoal ou impessoal); ocorrências de *ter* e *vir*, no presente do indicativo, por serem homófonas ou de difícil reconhecimento, na maior parte das ocorrências do *corpus*; construções cuja determinação da forma verbal como singular ou plural é de definição duvidosa por motivos fonético-fonológicos, além das diversas construções com coordenação, expressões paritivas, numéricas, títulos de obras, de entre outras, cuja interpretação possa ser singular ou plural.

²³ Foram excluídas da análise quantitativa dos dados das amostras das três variedades do português (VIEIRA; BAZENGA, 2013, p. 10) as seguintes construções: (1)

²⁴ Como já se referiu no capítulo anterior, diversos autores (CHAMBERS, 2004; SZMRECSANYI; KORTMANN, 2009; TRUDGILL, 2009, entre outros) já formularam a hipótese de universais em variação linguística, seja no âmbito geral, translinguístico, ou particular a cada língua ou tipo linguístico.

– o uso de variantes não-padrão, marcadas pela realização de (i) um ditongo nasal não conforme com a morfologia verbal padrão (ditongo [-ɛj] em lugar de [ɛw̃], ou variante -EM), (ii) da vogal oral [u] ou nasal [ũ] (variantes - U), para além da variante em vogal oral, resultante da não realização do traço de nasalidade, isomorfia de P3, observada, ainda que de forma pouco produtiva, nas variedades do PE continental e normalmente analisada como não contendo a marca de número exigida pelo contexto de concordância verbal de P6.

Na Tabela 1, apresentam-se os dados comparativos das desinências finais verbais em contexto sintático de concordância de P6 de Bazenga (2012) atualizados com os dados de Vieira: Bazenga (2013).

Tabela 1. Variantes flexionais do verbo em contexto de concordância de P6 (variedades do PE)

Ditongo Nasal Pn6 Padrão	Paradigmas	Variantes não-padrão Pn6/ ocorrências		
		<i>Corpus - PEI</i> (MOTA; VIEIRA, 2008) Dialetos Setentrionais do PE	<i>Corpus BB - AA</i> (MOTA; VIEIRA, 2008) Dialetos Centro-meridionais do PE	<i>Corpus Concordância</i> (VIEIRA; BAZENGA, 2013) Amostra Funchal (Dialeto insular do PE)
[ɛw̃]	Presente Ind. (1ª conj.) VT /a/	[ũ] / 4 [u] / 1 [ɐ] / 1	[ɛj] / 1	[ɛj] / 19
	Preterito imperfeito Ind. (1ª, 2ª, 3ª conj.) VT /a/, /e/, e /i/	[ũ] / 4 [u] / 1 [ɐ] / 1	[ɛj] / 45 [ɛj] / 35 [ɐj] / 12 [e] / 33	[ɛj] / 57 [u] / 6 [ũ] / 2
[ɛj]	Presente ind. (2ª, 3ª conj.) VT /e/, e /i/	[i] / 12 [ɛ] / 3		[ɛj] / 7
	Preterito perfeito Ind. (1ª, 2ª, 3ª conj.)	[u] / 5 [u] / 2		

1.1. VARIANTES FLEXIONAIS NÃO-PADRÃO EM CONTEXTO DE CONCORDÂNCIA VERBAL DE P6

A comparação das variantes flexionais não-padrão de Pn6 (-EM e -U) atestadas na amostra do Funchal do *Corpus* Concordância (VIEIRA; BAZENGA, 2013) com as ocorrências observadas em amostras das subvariedades rurais/semirurais do PE continental (Dialetos Setentrionais e Dialetos Centro-Meridionais), retiradas de *corpora* (PEI, BB e AA)²⁵ referidos em Mota; Vieira (2008), revela alguma especificidade da variedade urbana insular, caracterizada por uma maior diversidade, no que se refere tanto ao número de variantes como ao dos paradigmas verbais. Nessa variedade, o preterito imperfeito do indicativo é objeto de maior variação, não só em termos quantitativos, mas também qualitativos. As gramáticas de falantes madeirenses do Funchal incluem nesse tempo verbal, para além da variante padrão e a variante isomórfica de P3, as variantes -EM e -U.

Na Tabela 2, onde consta o conjunto de variantes atestadas no Funchal em Vieira: Bazenga (2013), é possível observar que, depois da variante Pn6 padrão, inequivocamente com a realização canônica da concordância verbal (85,7%), a variante mais expressiva, em termos quantitativos é a que corresponde à forma verbal com uma terminação em ditongo nasal “deslocada” do seu paradigma e estendida a outros, representada por -EM (8,2%), logo seguida da variante em vogal oral, isomórfica de P3, analisada do referido trabalho como de não aplicação da concordância verbal de P6.

²⁵ Conjunto de *corpora* do PE, com dados orais, coletados junto de informantes pouco escolarizados, sob a orientação de Maria Antónia Mota do CIULI/FLUL (PEI (norte do Rio Douro) e BB (Beira Baixa) em localidades situadas na zona dos dialetos setentrionais e dos dialetos centro-meridionais; o AA (Alto Alentejo). Estes *corpora* têm sido objeto de análise dos estudos já citados (MOTA, RODRIGUES; SOALHEIRO, 2003; MOTA; VIEIRA, 2008).

Tabela 2. Variantes flexionais em contexto de concordância verbal P6 (VIEIRA; BAZENGA, 2013²⁶)

Variantes não-padrão em vogal oral = isomórfica de P3	Variante não-padrão em -EM	Variante não-padrão em -U	Variantes padrão				
Nº de oc.	%	Nº de oc.	%	Nº de oc.	%	Nº de oc.	%
48/914	5,3 %	75/914	8,2%	8/914	0,9%	783/914	85,7%

No entanto, de acordo com a análise proposta por Mota (2013) para os padrões de concordância nas variedades do Português, esta variante poderá corresponder, no âmbito das variedades do PE, a uma forma de concordância “implícita” (*covert agreement*), dados os processos morfológicos observados nessas variedades (estrutura morfológica dos paradigmas verbais do PE, realização variável do autosseguimento flutuante Nasal no morfema de PN6 em contexto de sândi externo, por exemplo). Essa hipótese será ponderada na Seção 1.2, logo após a descrição, mais detalhada, das ocorrências que não correspondem à realização canônica de PN6, as variantes -EM, -U.

• Variantes flexionais -EM e -U não-padrão

As duas variantes representam cerca de 9% dos dados, ou seja, 83 em 866 ocorrências totais de marcação explícita da concordância verbal nos dados analisados por Vieira; Bazenga (2013), e quase o dobro das realizações sem a marca de número de P6 (5,3 %).

A realização [ɛj] de PN6 padrão, presente no paradigma do Presente do Indicativo dos verbos com VT /e/ e /i/, estende-se aos verbos com VT /a/, estabelecendo uma convergência na marcação de PN6. Este processo de nivelamento na marcação de PN6 é também observado nos paradigmas do pretérito imperfeito e do pretérito perfeito do indicativo, substituindo a variante [ɛw̃] padrão nestes paradigmas (Tabela 3), ilustrados pelos exemplos atestados, em (1) - (3).

Tabela 3. Variante flexional -EM não-padrão na variedade do Funchal (Vieira; Bazenga, 2013)

Variante PN6 não-padrão	Presente Ind.		Pretérito imperfeito Ind.			Pretérito perfeito Ind.			Totais
	VT /a/	VT /e/	VT /a/	VT /e/	VT /a/	VT /e/	VT /i/		
-EM [ɛj]	19 oc.	24 oc.	16 oc.	9 oc.	4 oc.	-	3 oc.	75 oc.	
Totais	19	49				7			

(1) Presente do indicativo

- a. aqueles carres [carros] que *andem* [andam] de noite (FNCC1H)
 b. os próprios portugueses *massacrem* [massacram] os outros (FNCC2M)

(2) Pretérito imperfeito do indicativo

- a. tanto é quã minhas primas elas *diziem* [diziam] (FNCB1M)
 c. eles me *chamavam* [chamavam] madeirense de segunda (FNCC2M)

(3) Pretérito perfeito do indicativo

- a. as casas *caíem* [caíram] (FNCC1M)
 b. depois eles *mandarem-me* [mandaram-me] reformar (FNCC1H)

Os paradigmas verbais do PE dispõem de duas formas para PN6, ambas ditongos nasais, [ɛw̃] e [ɛj], mas com distribuições distintas. No Português padrão, a variante [ɛj] integra os paradigmas do presente do indicativo dos verbos com VT /e/ e /i/ e do presente do conjuntivo dos verbos com VT /a/ e os do futuro do conjuntivo e do infinitivo pessoal, no conjunto das três conjugações (verbos com VT /a/, /e/ e /i/).

Observam-se ainda alterações nas realizações fonéticas dos radicais dos verbos *pôr* (no Pretérito Perfeito) e *ter* (no Pretérito Imperfeito), transcritas como em (4), a seguir:

- (4) a. *ponhem* [pũham] em terra gastava no calhau (FNCC1H)
 b. todos eles *tenham* [ĩnham] dom (FNCC2H)

²⁶ Embora o Capítulo 2 deste livro constitua uma versão traduzida e revista de Vieira; Bazenga (2013), todas as referências a esse estudo no presente capítulo referem-se à versão original do texto, por se tratar de resultados originais aqui apenas reportados.

Estas alterações poderão estar condicionadas por uma combinação de restrições, relacionadas com as alterações que sofrem as realizações fonéticas das vogais tônicas /u/ e /i/ na variedade madeirense, por um lado, e pela estratégia de regularização de radicais /p[ɔ]/nhem / p[ɔ]r/; t[ɛ]l/ham / t[ɛ]l[r]?, por outro.

As variantes com ditongo PN6 não-padrão realizam-se majoritariamente em contextos sintáticos em que o sujeito expresso está anteposto ao verbo (53,3% e 40/75 ocorrências). Também ocorrem em 45,3 % (34/75) em contexto de sujeito não expresso, sendo de registar apenas uma ocorrência com sujeito posposto. A realização desta variante não parece ser condicionada por esta variável sintática. O mesmo não acontece em amostras de localidades situadas na zona dos dialetos centro-meridionais do interior do PE analisados por Mota; Miguei; Mendes (2012, p. 172), nas quais

a realização de vogal nasal está relacionada com a presença de sujeito nulo, o que indica a necessidade de se aprofundar o estudo das relações entre o marcador de P6 e o tipo de sujeito (no caso, uma “redução” fonética, do tipo ditongo nasal > vogal nasal ou uma não ditongação da estrutura /vogal n/): 54% das ocorrências estão em frases com sujeito nulo; 24%, com sujeito nominal; 20%, com sujeito pronominal.

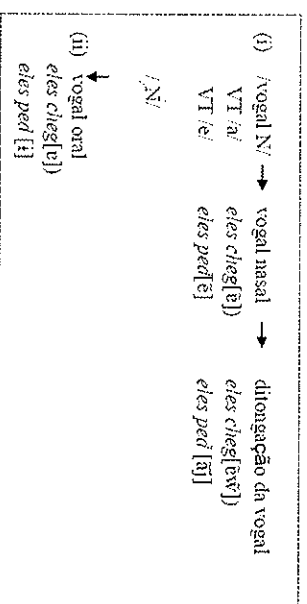
Quando considerados os contextos fonéticos adjacentes (forma verbal seguida de palavra iniciada por vogal, consoante nasal, consoante não nasal e de pausa), observa-se a seguinte distribuição das ocorrências (Tabela 4):

Tabela 4. Variante flexional -EM não-padrão e contextos fonéticos adjacentes

Variante PN6 não-padrão	+ vogal	+ C nasal	+ C não nasal	Pausa #
-EM [ɛ]	30 oc.	8 oc.	25 oc.	12 oc.

Esta variante não parece ser sensível ao contexto fonético à sua direita. Também não se observa nenhuma das representações típicas de variantes flexionais (Mota; Miguei; Mendes, 2012, p. 173), correspondentes às diferentes fases do processo morfológico padrão de PN6, no seu início ou no seu termo, em (i), ou à situação em que este não se inicia, pelo fato do autosssegmento /N/ não se associar à vogal, ocorrendo a perda de nasalidade, em (ii), no Esquema 1, a seguir apresentado e no qual a vogal corresponde à VT /a/ e /e/, a título de exemplo:

Esquema 1. Processo morfológico padrão de PN6
(Mota; Miguei; Mendes, 2012, p. 173)



Relativamente ao fator presença ou ausência de sujeito, a variante em -EM realiza-se em 54,6% de contextos com sujeito expresso e em 45,4% de sujeito nulo (Tabela 5), na ordem inversa do que ocorre em localidades que se situam na zona dos dialetos centro-meridionais do PE estudadas por Mota; Miguei; Mendes (2012), em que se verificou que 54% das ocorrências estão em frases com sujeito nulo, 24%, com sujeito nominal e 20% com sujeito pronominal.

²⁷ Na mais recente categorização dialetológica do Português Europeu (cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/mapa06.html>), as variedades faladas do PE no arquipélago da Madeira integram o conjunto dos Dialetos Insulares, a par dos Dialetos Setentrionais e Centro-Meridionais. No entanto, o português falado na Madeira é marcado por uma grande diversidade interna no que diz respeito a traços fonéticos. As características fonéticas mais pontadas (ROGERS, 1946; CINTRA, 2008 [1990]; ANDRADE, 1990; CRUZ; SARAMAGO, 1999, entre outros) são, por exemplo, (i) as ditongações das vogais /i/ e /u/ tónico (navio > naveie; lha > laua), de /o/ em palavras como *boa* (buaa), e *caminhou*, *avó* (caminhua, avua) e de /a/, precedido de [k] ou [g] (carro > cuarro, gato > guato), (ii) a palatalização de /l/ antes de [i] ou [j] (aquilo > aquilh(o)); (iii) a redução de [a] átono em posição final de palavra em [i] ou a sua elisão e que afeta todas as palavras, independentemente da sua classe lexical (cinco > cinque, falso > false); (iv) assimilação da fricativa final /s/ em contexto de sândi externo seguido de fricativas, resultando em realizações [i] ou [j] (as vacas > [aj] vacas).

Tabela 5. Variante flexional -EM não-padrão e variável linguística tipo de sujeito

Variante PN6 não-padrão	Sujeito expresso (anteposto e posposto)	Sujeito não expresso
-EM [ɐ̃]	41/75 oc. 54,6 %	34/75 oc. 45,4%

Na variedade geográfica do Funchal, o ditongo [-ɐ̃j], forma “peregrina”, ou de “empresímo” aos verbos com VT /e/ e /i/ e cuja realização se estende aos verbos com VT /a/, insere-se num padrão marcado pela uniformização do marcador de PN6 no verbo, nos paradigmas verbais do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo.

As variantes com final verbal em -U atestadas, no total 8, incidem apenas sobre o pretérito imperfeito (Tabela 6), todas de um informante de faixa etária (36-55 anos), do sexo feminino e com escolaridade básica:

(5) a. quando os meus pais *morano* na casa (FNCAIM)

b. eles *vinho* brincar (FNCAIM)

c. *alevantiavo-se* durante a noite *cede* (FNCAIM)

Tabela 6. Variante flexional -U não-padrão e paradigmas verbais

Variante PN6 não-padrão	Presente Ind.	Pretérito imperfeito			Pretérito perfeito			Totais
		Ind.	Ind.	Ind.	Ind.	Ind.	Ind.	
-U [aj] ou [ij]	-	VT /a/	VT /e/	VT /i/	VT /a/	VT /e/	VT /i/	8 oc.
		5oc.	1 oc.	2 oc.	-	-	-	

Tal como a variante -EM, a variante em -U realiza-se majoritariamente em contexto de sujeito expresso (5/8 dos dados), situação que não parece responder ao observado por Mota; Miguel; Mendes (2012, p. 172), em dados de variedades centro-meridionais, nos quais existem “índicios de que a realização de vogal nasal está relacionada com a presença de sujeito nulo, o que indica a necessidade de se aprofundar o estudo das relações entre o marcador de P6 e o tipo de sujeito”. De acordo com as autoras, as realizações fonéticas em vogal nasal de PN6 corresponderiam a uma fase do processo morfológico anterior à realização canónica de ditongo nasal da forma fonológica /vogal N/.

No caso da variante em -U, coloca-se ainda a questão de estar em jogo um processo similar ao descrito para a variedade de Braga (RODRIGUES, 2012, p. 221):

Nestas palavras, /N/ é associado ao núcleo (exceto, porventura em [uj], embora esta variante seja melhor entendida como fruto de desnasalização posterior) e o núcleo, após a inserção da glide, é normalmente simplificado. De outro modo, torna-se difícil explicar a labialidade das formas [oj], [uj] e [uj]. Estas formas são, claramente, resultado da evolução da forma reconstruída *[aw]. [uj] é mais um dado que ilustra a debilidade da associação de /N/ ao núcleo nesta variedade porque, mesmo quando /N/ é a única característica que distingue o singular do plural na forma verbal, ou seja P3 de P6, a distinção é anulada, por respeito pelo processo fonológico se mostrar mais forte do que a distinção morfosintática (que é assegurada pela presença da flexão de número no nome ou no pronome).

Com efeito, a variante em -U atestada na variedade do Funchal está também presente no conjunto de variantes observadas em fala espontânea informal na variedade urbana de Braga que integra os dialetos setentrionais do PE (Tabela 7).

Tabela 7. Variantes flexionais de PN6 atestadas na variedade de Braga - PE (Corpus CPE-Var²⁵, utilizado em RODRIGUES, 2003; 2012, p. 221-2)

Variantes de P6 [v ^h]	[ɐ̃v ^h] 53%	[o] 35,7 %	[u] 8,1 %	[ui] 1,4%	Sem produção da terminação verbal = 1,6%
Variantes de P6 [ɐ̃j]	[ɐ̃j] 41,4 %	[ɛ̃] 41,4 %	[ɐ̃j] 4,4 %	Sem produção da terminação verbal = cerca de 12%	

A verificar-se a hipótese de Rodrigues (2012, p. 221), acima referida, no âmbito da variedade insular do Funchal, esta variante poderia ser considerada como “conservadora”, resultante da difusão de alguns aspectos observados em subvariedades dos dialetos setentrionais do PE, geralmente caracterizados por traços que não sofreram algumas das mudanças ocorridas no dialeto que viria a constituir o PE padrão.

Por outro lado, atendendo ao conhecimento histórico das mudanças ocorridas no Português, a variante em -U (oral ou nasal) da forma padrão PN6 poderá ser considerada como “histórica” ou “conservadora”, podendo ser associada às vogais nasais existentes no período arcaico da história do

²⁵ CPE-Var inclui 180 entrevistas sociolinguísticas de falantes de Lisboa e Braga, coletadas entre 1996 e 1998, com transcrição ortográfica.

PE, *-ã -ô -ão* (Tabela 8), antes da convergência em ditongo nasal [ãw] que já no século XVI integrava a variedade padrão do PE (português literário e língua culta do centro do país)²⁹.

Tabela 8. Vogais nasais no Português arcaico (CARDEIRA, 2005, p. 113)

Nomes		Flexão verbal
<i>-ã</i>	<i>-ãNE</i>	Indicativo presente dos verbos dar e estar e futuro de todos os verbos
	<i>-ãNT</i>	Indicativo presente dos verbos da 1ª conjugação, imperfeito, futuro do pretérito e pretérito mais-que-perfeito de todos os verbos e conjuntivo presente dos verbos da 2ª e 3ª conjugações
<i>-ô</i>	<i>-ôNE</i>	Indicativo presente do verbo ser
	<i>-ôNE</i>	1ª pessoa do singular do indicativo presente do verbo ser
	<i>-ôNE</i>	1ª pessoa do singular do indicativo presente do verbo ser
	<i>-ôNT</i>	Pretérito perfeito de todos os verbos
<i>-ão</i>	<i>-ãNU</i>	
	<i>-ãNU</i>	

De salientar ainda o fato de que as variantes em *-U* (vogal nasal [u]) e vogal oral [u]) atestadas na amostra do Funchal analisada por Vieira; Bazzenga (2013) correspondem à realização de PN6 apenas do Imperfeito do Indicativo, o que não está em conformidade com a vogal etimológica *-ô* (<*UNT*) do pretérito perfeito de todos os verbos (Tabela 8). Assim, apesar de poderem ser consideradas variantes não-padrão arcaizantes, as formas em *-U* da variedade urbana insular contém traços inovadores.

• **Variantes flexionais não-padrão em vogal oral isomórfica de P3**

As variantes flexionais PN6 não-padrão realizadas por uma vogal oral isomórfica de P3 correspondem a 5,3% dos dados atestados na variedade do Funchal (VIEIRA; BAZENGA, 2013), ou seja, a 49/914 ocorrências.

Neste tipo de variantes poderá estar em causa apenas a associação ou não do autosseguimento flutuante /N/, tal como a representação formulada

²⁹ Maia (1986: 604), fundamentando-se nas observações de Duarte Nunes de Leão, um gramático do século XVI, refere que “a pronúncia *-ô* era tida pelos gramáticos da época como característica da região interramense”, o que leva Mattos e Silva (1995: 76) a supor que durante o processo de convergência teriam convivido “como variantes no diassistema do português o ditongo [ãw] proveniente da etimológica [-anu], e do [ã], do etimológico [-anel] e [-anti]; e o ditongo [ôw] de [ô], do etimológico [-one] e [-unh]”, com a norma que se estabelece no século XVI a selecionar o ditongo [ãw] como forma de prestígio em detrimento do ditongo [ôw], avaliado negativamente e ainda hoje marcado como “popular, arcaizante e regional”.

para o PE padrão de Mateus; Andrade (2000, p. 133). Segundo esta proposta, as variantes sem ditongo podem resultar da propriedade de leveza que caracteriza os ditongos nasais finais não acentuados, de terceira pessoa do plural em formas verbais do PE padrão. Estes ditongos, mas também aqueles que ocorrem em formas nominais simples (*homem*) ou com sufixo *-agem* (*paragem, lavagem*)³⁰, são considerados pós-lexicais pelo fato de se encontrarem em palavras marcadas pela ausência de constituinte temático, por oposição aos ditongos nasais lexicais, gerados no léxico e que atraem o acento para o final de sílaba (*pão*) e que admitem, como único segmento em coda, a fricativa /S/ (*pães*). Nos ditongos pós-lexicais, a semivogal é epentética, atendendo à sua inexistência a nível lexical, e surge após o processo de ditongação, os dois segmentos ocupando uma única posição no núcleo. O autosseguimento flutuante /N/ projeta-se sobre o núcleo silábico, nasalizando os dois segmentos em simultâneo. O fato de este autosseguimento nasal apenas se projetar no núcleo impede que qualquer segmento em posição de coda possa ser nasalizado³¹.

Estas variantes encontram-se distribuídas, quanto ao tipo de sujeito, do seguinte modo (Tabela 9):

³⁰ A redução de ditongos nasais decrescentes deste tipo também ocorre na variedade insular, mas com menor frequência do que observado em variedades do sul do Brasil (SCHWINDT; SILVA; QUADROS, 2012, p. 353). Nestas variedades, a classe lexical parece atuar na redução de nasalidade, sendo as formas nominais mais sujeitas à redução do que as formas verbais de P6.

³¹ Por outro lado, talvez seja de considerar, para além da leveza deste tipo de ditongos, um outro tipo de instabilidade que afeta os ditongos orais quando seguidos de fricativa em coda, tais como [aj] > [ajf] (mais > mas) e [oj] > [ojf] (depois > depois), com queda da vogal, núcleo de ditongo, fenómeno atestado e frequente na variedade insular (BOLEO, 1975: 338) e também característico de outras variedades dialetais centro-meridionais do PE e insulares (Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores, e no sul do Brasil (BRESHCANCI 2009). De referir ainda um outro fenómeno fonético que consiste na redução do [u] átono final, perceptível como [i] / ou sem realização, e que afeta qualquer palavra que o contenha, independentemente da sua classe lexical (CINTRA, 2008 [1990]: 181). No que diz respeito aos verbos, as formas de 1ª pessoa do singular e do plural são realizadas sem a vogal [u], independentemente do paradigma verbal (*falo* > *fale*; *tenho* > *tenhe*; *falamos* > *falames*; *temos* > *tenes*).

Tabela 9. Variantes não-padrão em vogal oral (isomórficas de P3) e variável linguística posição do sujeito

Anteposição do Sujeito		Posposição do Sujeito	
vogal	ditongo padrão	vogal	ditongo padrão
30/880 3,4%	805/880 88%	18/34 1,9%	17/34 1,8%

Os resultados levam a considerar que o contexto em que o sujeito se apresenta na sua forma canônica (anteposição) parece ser aquele que mais favorece a realização desta variante, embora não de forma muito significativa.

Considerando o efeito do contexto fonético à direita (Tabela 9), observa-se ser aquele em que a palavra seguinte se inicia por vogal (Tabela 10) o que mais parece favorecer a realização da variante flexional em vogal oral.

Tabela 10. Variantes não-padrão em vogal oral (isomórficas de P3) e contextos fonéticos à direita da forma verbal

+ vogal	+ C nasal	+ C não nasal	Pausa #
29/48 oc. 60,4%	8/48 oc. 16,6%	8/48 oc. 16,6%	3/48 oc. 6,25%

Atendendo a que "o contexto precedendo pausa (...) é o que mais favorece a ativação do padrão com ditongo nasal" (MOTA; MIGUEL; MENDES, 2012, p. 171) e que, no âmbito da fonética sintática (sândi externo) podem ocorrer alterações fonéticas, nomeadamente quando a palavra seguinte se inicia por vogal ou consoante nasal, podemos considerar que, do ponto de vista da realização da forma verbal requerida em contexto sintático de concordância verbal de P6, apenas 11 das 49 ocorrências com vogal oral final nas formas verbais correspondem à não aplicação da regra de concordância, desprovidas da ambiguidade (8 ocorrências em 49, seguidas de consoante não nasal e 3 ocorrências seguidas de pausa). Esta questão será abordada posteriormente, quando considerada a hipótese da CI, já referida na análise das variantes em -EM e -U, mas na sua versão mais recente e desenvolvida em Mota (2013).

As variantes em vogal oral não-padrão de PN6 (isomórficas de P3) correspondem majoritariamente a verbos com VT /a/ e /e/, representadas por -A e -E, respetivamente, cuja distribuição pelos paradigmas verbais figura na Tabela 11, em contexto de palavra seguinte iniciada por vogal (21 das 29 ocorrências), registrando-se ainda um exemplo com o verbo *fr* (quando vai aquelas pa agarrar o coisa - FNCCIM):

Tabela 11. Realização de variantes não-padrão em vogal oral (isomórficas de P3) e paradigmas verbais

Variante em vogal oral	Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do conjuntivo
vogal -A	2/21	11/21	-
vogal -E	5/21	-	2/21

Nestes paradigmas, a distinção entre P3 e P6 na morfologia verbal padrão resulta apenas da ancoragem ou não do autosseguimento /N/.

Por outro lado, o contexto [+vogal] corresponde, na sua maioria (15 das 21 ocorrências de variantes -A e -E, realizadas foneticamente pelas vogais átonas [-v] e [-i]), às realizações fonéticas [a] e [v]. Este encontro intervocálico na fronteira de palavra (sândi externo) resulta na elisão das finais verbais átonas e a ressilabificação das duas sílabas em contato, como exemplificado, a seguir:

- a. as mercearias na altura fe**h**ava às onze (FNCCB1M)
[fɛʃavɐ + aʃ] → [fɛʃavaʃ]
- b. os outros **t**inha as co**s**ta que**n**es (FNCC22M)
[tĩnɐ + ɐʃ] → [tĩnɐʃ]
- c. das consequê**n**cias que **d**ai **p**ode **a**dvir (FNCC27H)
[pɔdɛ + vɔdʁir] → [pɔdɛvɔdʁir]

Observa-se, ainda, que muitas das ocorrências com vogal oral -E correspondem ao item verbal inacusativo *existir*. Atendendo unicamente ao contexto de sujeitos pospostos, regista-se um total de 20 ocorrências de *existir* em 34, ou seja 58, 8% (11 dados com ditongo padrão de PN6 e 9 dados não-padrão com vogal oral -E), no presente do indicativo (19 dados), registrando-se apenas uma ocorrência no Imperfeito do indicativo (*voltou a se provar que existia ainda substâncias - FNCCB2H*).

Para além do verbo *existir*, observa-se a ocorrência de alguns itens verbais, tais como, *ter* (2 dados) e *vir* no Imperfeito do Indicativo, cujos radicais contêm a consoante nasal palatal (-nh-) e que em princípio deveriam induzir a realização do segmento nasal do PN6 padrão, como afirma Barbosa (1965, p. 82), a propósito da nasalização de vogais em contato com consoantes nasais: "Il semble que celle-ci [a nasalização] soim de règle lorsque la consonne nasale précède la voyelle, et que par contre dane le type *voyelle + consonne* la voyelle se maintienne souvent pratiquement orale".

Um outro verbo parece ser também bastante vulnerável. Trata-se do verbo *ser*, com 6 dados no total, todos seguidos de uma palavra iniciada por consoante não nasal

- (7) a. enquanto elas fosse pequenas (FNCRIM)
- b. as brincadeira era poucas (FNCCIM)
- c. os professores chamados oficiais que era do dos públicos (FNCC3M)
- d. mas os dias foi [foram] passando (FNCAIM)

Para além destes dados, é de registar o dado com o verbo *ser*, em, (7d), por ser semelhante a um dos tipos referidos (*eles vai; eles cantou*) por Vieira; Bazenga (2013, p. 23), como não sendo observado em variedades do PE, contrariamente ao que ocorre em algumas variedades do PB e em variedades africanas do Português. Outros dados no pretérito perfeito do indicativo, sem o ditongo nasal final [ãw] de P6 também são atestados mas em contexto de sujeito posposto (*quando vai aqueles pa agarrar o coisa* (FNCCIM); *caiu casas ali* (FNCCI1H); *aconteceu situações de tar [estar] em casa* (FNCAIM)).

1.2. VARIANTES FLEXIONAIS NÃO-PADRÃO NA VARIEDADE URBANA INSULAR À LUZ DOS MODELOS DE CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS (MOTA, 2013)

Mota (2013) propõe, com base em critérios morfológicos e a partir dos dados atestados em variedades do Português (PE, PB e variedades africanas do Português), dois modelos não canónicos distintos para a concordância verbal de P6:

- (i) o de CI, caracterizado pela realização fonética variável de distintas formas fonológicas: o processo morfológico de P_{N6} gera ou (a) estruturas morfológicas e formas fonológicas canónicas diferenciadas de P6 e de P3, com ancoragem do autosegmento nasal /N/ na forma fonológica de P6, ou (b) estruturas morfológicas associadas a formas fonológicas sem o autosegmento nasal /N/, marcadas por sincretismo entre P3-P6.
- (ii) o de CR, no qual P6 e P3 são ambos morfemas nulos e em que o autosegmento /N/ nunca está presente na forma fonológica. Neste

padrão, não existe co-variação em P_N entre o verbo e o controlador pro/nominal, e as realizações fonéticas em contexto de concordância verbal de P6, idênticas às requeridas em P3 (P6=P3), correspondem a produções de falantes letrados ou pouco escolarizados (com menor contacto com a regra canónica da concordância verbal de P6) de variedades não-europeias do Português (PB, e variedades africanas).

No Modelo de CI e ao nível das realizações fonéticas, a interface apresentada em (a) daria conta de variantes flexionais de P6 em ditongo nasal (*levam, dão, comem, falem*) e em vogal nasal (*dizê, levã, dá*); já em (b), as realizações fonéticas seriam caracterizadas por terminarem em vogal oral (*leva, dá, come*); o processo morfológico subjacente pressupõe representações distintas dos morfemas P6 e P3, o primeiro sendo um morfema vazio e o segundo, nulo. Este modelo daria conta da aplicação da regra de concordância verbal em variedades do PE e de falantes cultos de outras variedades nacionais do Português.

Mota (2013, p. 224) apresenta ainda os resultados obtidos numa amostra do PE (7 localidades rurais e semirurbanas) retirada do *Corpus ALEPG* (Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza)³². Das 245 formas verbais realizadas em contexto sintático P6 nesta amostra, 172 correspondem a realizações com ditongo nasal e 29 com vogal nasal. Este subconjunto, caracterizado pela realização de /N/ sem ditongação, corresponde a 85,7% dos dados. As realizações com vogal oral constituem 16,3% dos dados (23 dados em - [u] ≠ de P3; 4 dados em [i] e 6 [e] = a P3). Foram considerados dois dados (*fáz* e *vê*) que correspondem inequivocamente a uma forma verbal P3 e à não aplicação da concordância verbal (NC) de P6 (0,08%).

Adotando, no essencial, os critérios postulados pelo Modelo de CI assim como os resultados da sua aplicabilidade em amostras do PE rural/semirbano continental, as 132 variantes verbais flexionais não-padrão atestadas, num total de 914 de ocorrências (dos quais, 782 com os ditongos padrão [-ã] e [-ã]), em contexto sintático de concordância verbal de P6 na amostra do *Corpus Funchal* utilizada no trabalho de Vieira; Bazenga (2013), poderiam apresentar a seguinte distribuição (Tabela 12):

³² Trata-se de um projeto iniciado em 1970 por uma equipa dirigida por Luis F. Lindley Cintra, cuja descrição está disponível no site do CLUL: <http://www.clul.ul.pt/pl/investigacao/205-linguistic-and-ethnographic-atlas-of-portugal-and-galicia-alepg>.

Tabela 12. Variantes flexionais verbais não-padrão em contexto de concordância verbal de P6 (VIEIRA; BAZENGA, 2013), de acordo com o Modelo de CI de Mota (2013)

Tipos de variantes flexionais não-padrão	1	2	3	4	5
	ditongo nasal não-padrão	vogal nasal		vogal oral	
Paradigmas verbais	[õ]	[ũ]	≠ P3	isomórfica de P3 CI	= P3 NC
Presente Ind.	VT /n/=19			[v] = 5 [i] = 6	= 8
Preterito imperfeito Ind.	VT /a/, /e/, /i/ = 49	= 2	[u] = 6	[v] = 19	= 7
Preterito perfeito Ind.	VT/a/ /i/ = 7			[o] acabou as aulas = 1	= 1
outros				[i] ouviu-se = 1 (enquanto elas fosse pequenas) = 1	[i] = 1
Totais	75/914	2/914	6/914	32/914	17/914
Porcentagens	8,2%	0,2%	0,65%	3,5%	1,85%

Nesta adaptação, o conjunto de variantes flexionais com vogal oral é reanalisado, tendo por referência o contexto fonético à direita do verbo e conduz a dois subconjuntos: (i) formas verbais fonéticas em contexto de sândi vocálico ou seguida de consoante nasal, consideradas ambíguas do ponto de vista da aplicabilidade ou não da concordância verbal de P6 (variantes 3P, consideradas de CI de P6, **coluna 4**) e (ii) formas fonéticas que não resultam da influência do contexto fonético à sua direita, podendo ser consideradas como formas verbais de 3P e ocorrências de não aplicação da regra de concordância exigida pelo contexto sintático (variantes 3P de NC, **coluna 5**).

Se tivermos em conta outros fatores, tais como a presença de “que” entre o sujeito e a forma do verbo (4 ocorrências) e a presença de um sujeito posposto (7 ocorrências), os dados de não concordância verbal de P6 ficam reduzidos a 7, o que representa 0,75%, percentagem ligeiramente superior à encontrada em variedades semirurais do PE (0,2%), apesar de se tratar de uma variedade urbana e insular. Este resultado poderá ser melhor entendido se tivermos em conta a descrição sumária de alguns aspectos

socioeconômicos referidos na primeira seção deste capítulo, nomeadamente os dados estatísticos da Educação e os traços de semiruralidade que caracterizam as zonas limítrofes da cidade do Funchal. A influência de fatores extralinguísticos será mais desenvolvida na seção seguinte.

2. VARIÁVEIS SOCIAIS E A SUA CORRELAÇÃO COM AS VARIANTES FLEXIONAIS NÃO-PADRÃO

Os efeitos estatísticos da atuação das variáveis extralinguísticas na amostra do Funchal singularizam esta variedade no âmbito dos dados do PE. O estudo de Vieira; Bazenga (2013)³³ confirma a atuação das variáveis extralinguísticas, tanto a variável *Escolaridade* (Tabela 14) como a variável *sexo* (Tabela 13) na variedade insular, em contraste com as duas variedades do PE continental (Oeiras – OEI e Cacém – CAC).

Tabela 13. Atuação da variável *Escolaridade* na realização da variante com ditongo nasal padrão em contexto de concordância verbal de P6 no PE (VIEIRA; BAZENGA, 2013, p. 19)

Variedade/Amostra	Nível em contexto de concordância verbal de P6 no PE (VIEIRA; BAZENGA, 2013, p. 19)		
	Nível fundamental (5 a 8 anos)	Nível médio (9 a 11 anos)	Nível superior (12 a 15 anos)
OEI	411/417 98,6%	386/388 99,5%	657/662 99,2%
CAC	374/377 99,2%	390/391 99,7%	412/417 98,8%
FNC	212/236 89,8%	257/268 95,9%	397/410 96,8%

³³ O índice de 5,3% de não marcação de número na amostra do Funchal permitiu fazer rodadas variacionistas, cujos resultados apontam para a atuação destas duas variáveis extralinguísticas, respetivamente em segundo e quarto lugar, no conjunto de variáveis ordenadas por relevância estatística e respetivos pesos relativos: *posição do sujeito*, *escolaridade*, *animacidade*, *sexo* e *paralisismo discursivo*.

Tabela 14. Atuação da variável *Sexo* na realização da variante com ditongo nasal padrão em contexto de concordância verbal de P6 no PE (VIEIRA; BAZENGA, 2013, p. 20)

Variável/Amostra	Masculino	Feminino
OEI	757/760 99,6%	697/707 98,6%
P		
E	523/525 99,6%	653/660 98,9%
CAC		
FNC	454/472 96,2%	412/442 93,2%

Os resultados obtidos por Bazenga (2012) já tinham posto em evidência a atuação da variável *Escolaridade* em 23% dos casos de não concordância de P6 (e com um peso relativo de 0.63).

Uma observação mais pormenorizada dos dados evidencia que os informantes com baixa escolaridade são responsáveis por maiores índices de cancelamento de marca de plural e também por maiores valores de produção de variantes não-padrão de 3ª pessoa do plural, em contextos estruturais caracterizados por enunciados com sujeitos antepostos e sujeitos não expressos (Tabela 15).

Tabela 15. Efeito da variável *Escolaridade* na produção de variantes não-padrão em contexto de concordância verbal de P6 (VIEIRA; BAZENGA, 2013, p. 20)

Nível fundamental (5 a 8 anos)	Variantes não-padrão -EM e -U		Variantes não-padrão em vogal oral	
	Nº Ocor.	%	Nº Ocor.	%
Nível médio (9 a 11 anos)	31/82	37,8	5/30	16,7
Nível superior (12 a 15 anos)	-	-	5/30	16,7

Estes valores permitem considerar, no seio da variedade urbana insular, a existência de “uma situação sociolinguisticamente polarizada (sublinhado nosso), reforçada pelo fato de o nível de escolaridade (...) se associar a outras variáveis, como nível socioeconômico, maior ou menor acesso a bens culturais, maior ou menor contato com indivíduos de diferentes estratos sociais.” (BRANDÃO; VIEIRA, 2012, p. 1054). Parece claro existir na sociedade madeirense uma nítida fronteira que separa os

falantes pouco escolarizados, estigmatizados pela sua linguagem popular³⁴ e as elites que se manifestam pelo uso consolidado do PE padrão. Sendo a cidade do Funchal, capital insular, o espaço insular partilhado por estes dois grupos sociais, é também aquele onde é possível observar os seus contrastes relativamente aos comportamentos linguísticos (Secção 1).

Contrariamente à generalização formulada por Labov (1990, p. 205), segundo a qual as mulheres, no mesmo grupo social, tenderiam a ser mais conservadoras no que se refere à preferência pelas variantes padrão em relação às estigmatizadas (não-padrão), a amostra do Funchal (Tabela 16) mostra precisamente o contrário: na comunidade de falantes com baixa escolaridade, as mulheres observam comportamentos linguísticos marginais, liderando o uso de variantes com marca não-padrão (vogal -U e com ditongo nasal -EM) com a percentagem de 69,2% e, com menor saliência, o de variantes com vogal oral (56%).

Tabela 16. Atuação da variável *sexo* em variantes flexionais não-padrão em contexto de concordância verbal de P6 (VIEIRA; BAZENGA, 2013, p. 21)

Nível Fundamental (5-8 anos)	Variantes não-padrão (-EM, -U)		Variantes não-padrão em vogal oral	
	Nº Ocor.	%	Nº Ocor.	%
Mulheres	36/52	69, 2	14/25	56
Homens	16/52	30, 8	11/25	44

Quando considerados os valores totais da produção de variantes flexionais de 3ª pessoa do plural não-padrão e de variantes em vogal oral, a atuação do fator *sexo* é bastante evidente. As mulheres são responsáveis por estratégias não-conformes ao PE padrão (Tabela 17).

³⁴ Linguagem popular ou à “vilão” [vʲiãw] tem sido objeto de interesse por parte de estudiosos madeirenses, como dão conta as publicações, entre outras, *Linguagem Popular da Madeira* de Eduardo Antonino Pestana (revistas Língua Portuguesa e Revista Lusitana, entre 1914 e 1940, e posteriormente editado em 1970, num volume intitulado Ilha da Madeira II - Estudos Madeirenses.), o *Vocabulário Popular do Arquipélago da Madeira* do Padre Fernando Augusto da Silva (1950), ou ainda *Falares da Ilha - Dicionário da Linguagem Popular Madeirense*, de Abel Caldera, na sua 2ª edição (1993).

Tabela 17. Efeito da variável sexo no cancelamento no uso de variantes flexionais não-padrão em contexto de concordância verbal de P6 na amostra do Funchal (VIEIRA, BAZENGA, 2013, p. 21)

	Variantes -EM, -U não-padrão		Variantes em vogal oral não-padrão	
	Nº Ocor.	%	Nº Ocor.	%
Mulheres	65/82	79,3	30/48	62,5
Homens	17/82	20,7	18/48	37,5

Esses dados empíricos, tal como defendido por Lucchesi (2012) quando confrontado com o papel da variável sexo em variedades urbanas do PB, devem ser entendidos em função do papel social atribuído aos gêneros nas configurações socio-históricas específicas a cada comunidade. No caso do Brasil, Lucchesi (2012, p. 709) adianta estar em curso um nivelamento linguístico, através da influência exercida pelos grandes centros urbanos sobre as outras regiões, e que neste contexto:

os processos de variação socialmente marcados (tais como os da concordância nominal e verbal) apontam para processos de “cima pra baixo” e de fora para dentro dessas comunidades rurais e da periferia das grandes cidades brasileiras. Dessa forma, os homens, que, em média, estão melhor inseridos no mercado de trabalho e circulam mais para fora da comunidade, tendem a assimilar primeiro as formas do padrão urbano, abandonando mais rapidamente o uso das formas desviantes da linguagem rural e popular.

A fraca implementação da variável concordância verbal em informantes pouco escolarizados, fenômeno não estatisticamente atestado nas variedades continentais do PE, mas amplamente estudado em variedades do PB, tem paralelo com um outro estudo realizado por Vianna (2011) também com o corpus do Projeto Concordância, sobre a implementação de *a gente* em variedades do Português. Nesse estudo, o fator *localidade* tem relevância estatística, distinguindo-se claramente a variedade insular das variedades continentais do PE (Cacém e Oeiras). O fator *escolaridade* atua de forma determinante na amostra do Funchal, que apresenta 52% de ocorrências de *a gente* em informantes pouco escolarizados, contra apenas 32% no Cacém e 13% em Oeiras. O fator sexo, tal como verificado na implementação da concordância verbal de P6, também condiciona a escolha da variante *a gente*, contrastando o comportamento dos informantes do Funchal com o das

outras variedades urbanas do PE continental. O contraste em gênero concretiza-se na preferência feminina pela forma *a gente* (51%), a percentagem mais elevada (Cacém, 30%; Oeiras 8%), enquanto os homens do Funchal preferem a forma prestigiada “nós” (91%), valores similares aos obtidos nas outras variedades (Cacém, 86%; Oeiras, 91%).

Andrade (1990), na sua análise do fenômeno da palatalização do //, variante não-padrão identificada como sendo um dos traços mais característicos da variedade insular, cuja opcionalidade está condicionada pela presença de [j] ou [j], oral e nasal, imediatamente anterior, quer pertençam à palavra ou não [quilo > [kiɲu], *vi logo* [viɔɲu], também verificou a ação de fatores extralinguísticos. Neste caso, e tendo em consideração unicamente o sexo, constatou que “globalmente, as mulheres palatalizam mais do que os homens em todos os estilos considerados” (ANDRADE, 1990, p. 28).

De assinalar que, no âmbito deste estudo, a existência de padrões flexionais variantes de PN6 poderá resultar da atuação de variáveis extralinguísticas sociais (*escolaridade* e *sexo*), relacionadas ou não com aspectos históricos de construção dialetal, que se inicia no século XV³⁵,

³⁵ Descoberta em 1419 pelos navegadores portugueses ao serviço do Infante D. Henrique, o povoamento da ilha iniciou-se pouco depois, tendo os primeiros colonos, oriundos tanto do norte como do sul do Reino (ALBUQUERQUE, VIEIRA, 1987) chegado no início do século XV (1420 ou 1425). Originalmente uma ilha-ponte e uma ilha-laboratório (do desenvolvimento social e económico colonial), a Madeira desempenhou um papel de liderança na expansão marítima de Portugal nos séculos XV e XVI, tendo representado também um apoio importante à presença portuguesa e espanhola na costa africana (MAURO, 1989: 405). Assim, tal como outras ilhas situadas em alto mar mas localizadas no centro de rotas marítimas, a Ilha da Madeira nunca ficou completamente isolada, porque, beneficiando das condições económicas internas oferecidas pelas culturas da cana-de-açúcar, primeiro, e da vinha, mais tarde, era um lugar de passagem obrigatório nos caminhos traçados no oceano Atlântico. Na Ilha da Madeira, o Funchal, uma cidade portuária, era um lugar de paragem quase obrigatória para a maioria das pessoas que viajavam pelas principais rotas do Atlântico. Esta situação manteve-se quase inalterada até o século XIX, tornando a ilha, na periferia da Europa, um ponto estratégico de ancoragem, um micro centro atlântico. A sociedade madeirense pode ser vista então como o resultado de fluxos migratórios, constantes desde o início da sua história, e regulados pelos ciclos económicos. Para além da presença de comerciantes, sobretudo europeus, e de escravos vindos de África, é de assinalar o alto nível de mobilidade social dos madeirenses. A emigração para o exterior começou cedo, primeiro em direção dos novos espaços descobertos, em um contexto de colonização (Brasil e Estados Unidos), a partir do século XVII, e, mais tarde, no século XX, para diferentes países europeus, assim como para as colônias portuguesas em África, a África do Sul e a Venezuela. O contato com o outro, gerado por sucessivas ondas de migração (imigração, emigração e retorno à ilha), tem contribuído grandemente para o atual perfil genético da população, no qual se incluem características genéticas africanas (SPINOLA *et al.*, 2002) e a formação de uma sociedade insular “misturada”, em contraste com as que apresentam características mais homogêneas, relacionadas com a presença de raízes indígenas que

com o povoamento da Ilha da Madeira, no “ciclo de expansão da língua” (CASTRO, 2006), em descontinuidade com os processos de formação de variedades padrão e dialetais em Portugal Continental. Paralelamente à elaboração da variedade padrão do PE, com base numa distanciação “não só do castelhano mas também dos dialetos setentrionais falados pela antiga nobreza portuguesa” (CARDEIRA, 2009, p. 111) e com o contributo da expansão portuguesa (através do contato linguístico em espaços não europeus mas também dentro do território português com a presença de escravos africanos, e cuja “presença na sociedade teria, forçosamente, algum impacto no favorecimento da simplificação e nivelamento linguísticos, fortalecendo a deriva do português meridional.” (CARDEIRA, 2009, p. 112)), o Português falado pelos primeiros povoadores, a que se sucederam outras vagas de emigrantes oriundos de vários pontos de Portugal, entrou em contato, desde o início da sua implementação no espaço insular, com vários povos de grande diversidade étnica.

Outro aspecto a ter em conta, para além dos anteriormente referidos e explicativos da incidência singular de fatores extralinguísticos na produção de variantes flexionais não-padrão nesta variedade insular, diz respeito à perduram durante séculos (TAGLIONI, 2006). Embora Portugal continental tenha sido também marcado pelo contato com o outro, nomeadamente de escravos africanos, mais acentuado na cidade de Lisboa, capital do reino, é provável que o impacto tenha sido maior nos centros urbanos menores, como a cidade do Funchal, caracterizados por uma estrutura social distinta, especialmente no que diz respeito ao pequeno número de “homens bons” que formaram a elite da ilha (GONÇALVES, 1958). As relações políticas e financeiras entre Portugal continental e a ilha foram-se deteriorando ao longo do tempo, marcadas pelo “falta de atenção e condições em termos do desenvolvimento de importantes obras públicas” por parte do governo central e que “geraram um quase permanente sentimento de orfandade e abandono” (VIEIRA, 2011, p. 16). Com a Constituição de 1822, durante a Revolução Liberal, os arquipélagos da Madeira e dos Açores passaram a ser designados de *ilhas adjacentes*, de forma a diferenciá-los das colónias, designação que persistiu até a constituição de 1976, altura em que passaram a designar-se de Regiões Autónomas, dotadas de maior autonomia política, com governos regionais próprios. A *adjacência* que pretendia ser uma forma de integração não é, no entanto bem aceite pela elite madeirense uma vez que ela não contempla a especificidade insular (VIEIRA, 2011). Assim, faz parte da narrativa histórica da “madeirenidade” (designação proposta por RODRIGUES (2010), fazendo eco da “agorrianidade” (NEMÉSIO, 1932), ou da sua configuração identitária, o permanente e complexo contraste entre a ilha / Portugal continental, e que toma forma, segundo Rodrigues (2010), apenas no século XIX, através do poema épico de Francisco de Paula Medina e Vasconcelos, *Zangueia. Descobrimento da Ilha da Madeira. Poema Heroico* (1806), com referência ao descobridor da ilha, João Gonçalves Zarco E que se prolonga pelo século XX, com a geração de ouro da intelectualidade insular, cujo contributo culminou com as primeiras edições, em 1921 e em 1940, do *Elucidário Madeirense* de Fernando Augusto da Silva e de Carlos de Azevedo de Menezes, obra de referência na história sobre a Madeira.

configuração sociolinguística da cidade do Funchal, localidade de referência neste estudo, por um lado, e aos dados oficiais relativos à taxa de escolarização da população madeirense, em discrepância com os valores médios de Portugal continental, por outro.

A cidade do Funchal, a capital do arquipélago da Madeira, é atualmente a cidade mais populosa fora do território continental português. A nível nacional, faz parte das setes cidades com uma população acima de 100.000 habitantes (Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Amadora, Braga, Funchal e Coimbra, por ordem decrescente) e nas quais se concentram cerca de 14% da população total do país. A cidade apresenta-se socioeconomicamente assimétrica, com a população de menores rendimentos a concentrar-se nas freguesias limítrofes, a oeste e a norte.

Por outro lado, a população rural, procurando melhores condições económicas e sociais, tem vindo a abandonar os campos e a instalar-se no Funchal. A cidade apresenta, assim, na sua estrutura, contrastes entre urbanidade e rural-urbanidade, observando-se na sua periferia aglomerados sociais com atividades agrícolas de subsistência. É também nesta cidade que estão localizadas as únicas três instituições de Ensino Superior do Arquipélago da Madeira (a Universidade da Madeira, a Escola Superior de Enfermagem de S. José de Cluny e o Instituto Superior de Administração e Línguas (ISAL))⁵⁶.

As estatísticas relativas à Educação (Tabela 18) apontam para uma situação em que a Ilha da Madeira se destaca negativamente, quando comparada com Portugal Continental: as percentagens de população apenas com ensino básico assim como as de analfabetismo – que afeta mais as mulheres do que os homens, respetivamente 8,1% e 5,7% – são superiores às observadas em Portugal Continental.

⁵⁶ No ano 2009/2010, estavam inscritos nestas instituições do ensino superior 3.574 estudantes. Nesse período, formaram-se 890 novos licenciados. Por outro lado, as cidades de Portugal Continental com maior percentagem de população com o ensino superior completo são as capitais de Distrito: Coimbra (35,3%), seguida de Lisboa (33,8%), Vila Real (29 %) e Faro (25,5%). Na Madeira, este indicador é inferior à média de 21%, atribuída ao conjunto de cidades portuguesas.

Tabela 18. Estatísticas de Educação relativamente à Madeira / Portugal continental

	Analfabetismo	Retenção e desistência no 1º Ciclo Básico (4 anos)	Conclusão do ensino secundário (12 anos)	Escolarização no ensino superior
Madeira	6,99 %	11,80%	75,60%	9,50%
Portugal Continental	5,2%	7,90%	80,70%	31,50%

Fonte: CENSOS (2011)

Assim, à desconfinidade geográfica, marcada pela fronteira natural atlântica, associam-se outras formas de organização social, marcada por grandes contrastes, nomeadamente a nível de formação escolar e graus diferenciados de contato com a norma do PE, mais accentuados na população do sexo feminino madeirense, e que poderão fornecer uma explicação para a atuação das variáveis *Escolaridade* e *Sexo* nas variantes flexionais não-padrão observadas nos dados de Português falado no Funchal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consideração do Modelo de CI (MOTA, 2013), após a observação da interface fonética/sintaxe nos dados não-padrão do Funchal, permitiu uma reavaliação da aplicabilidade da regra de concordância de P6 referida em trabalhos anteriores (BAZENGA, 2012; VEIRA, BAZENGA, 2013), com os índices de não concordância verbal de P6 a serem inferiores a 1%, na sua forma extrema, quando combinados fatores fonéticos e fatores sintáticos/discursivos supostamente de tipo universal (posição e animacidade do sujeito, presença de material linguístico entre o sujeito e o verbo).

Do conjunto de variantes flexionais atestadas em contexto sintático de P6 na variedade do Funchal, a variante em -EM surge, não só em termos quantitativos mas também atendendo à extensão da sua distribuição (presente do indicativo, imperfeito do indicativo e perfeito do indicativo), como a característica de maior saliência. Esta variante, produzida por falantes letrados ou pouco escolarizados, mais velhos e do sexo feminino na comunidade de fala urbana do Funchal, pode ser considerada como um indicador de localidade e de classe (LABOV, 1972), ou seja, combina o traço típico de “madeirensidade”, por se tratar de uma variante não atestada em variedades do PE continental

até agora estudadas, e de “popularidade”, ou de grupo social, cuja variedade falada é marcada por usos de formas linguísticas não prestigiadas, excluídas da variedade padrão do PE, e objeto de estigma social.

Embora as formas não marcadas manifestem uma tendência a sobreviverem à custa das formas marcadas por uma maior saliência perceptiva¹⁷ (KERSWILL, WILLIAMS, 2002), esta tendência pode estar em risco, sob a influência de estereótipos sociais e regionais. Assim, as variantes flexionais não-padrão de tipo -EM tendem a ser produtivas, em detrimento de nívelamento linguístico, desejado pela elite madeirense desde o início do século XX. Funcionam como “indicio” (no sentido que é dado pela semiótica de Peirce) de um sentimento de pertença a um território. Numa comunidade de fala com as características marcadas pela insularidade, a mudança linguística poderia, assim, ser mais lenta, observando-se uma tendência a preservar as formas fortes e identitárias (MILROY, MILROY, 1985). Esta tendência pode ser reforçada por uma estrutura social fortemente hierárquica, em que os membros da classe popular, mais densa e mais coesa do que a classe média ou superior (MILROY, 1987), procuram manter os traços linguísticos mais distintivos. Tratando-se de uma variedade do PE que combina traços de urbanidade e insularidade, estas hipóteses poderão explicar a presença de variantes flexionais não-padrão que só encontram paralelo em subvariedades rurais ou semirurais de Portugal Continental.

¹⁷ Cf. A dialetologia perceptual e os três estudos atitudinais e perceptivos sobre a diversidade dialetal do PE (CABELEIRA 2006; HADDAR, 2008; FERRÊIRA, 2009), baseados em amostras com falantes que vivem em regiões de Portugal, fornecem outros argumentos para a individualização dos dialetos insulares de um modo geral (Açores e Madeira). Nestes trabalhos, e no que se refere ao atributo “inteligibilidade”, o português falado nas ilhas portuguesas são avaliados como menos inteligíveis, quando comparados com outras variedades do PE continental. Um estudo similar (BAZENGA; ANDRADE; ALMEIDA, 2014), mas realizado junto de uma amostra de 126 informantes madeirenses, revela uma tendência para avaliar positivamente, em termos de prestígio, a variedade do português falado na Madeira, imediatamente a seguir à variedade padrão (de Lisboa). A variedade dos Açores, contrariando a descrição linguística que a considera próxima da madeirense, é avaliada, pelos informantes madeirenses, como a menos compreensível e a mais distante da sua própria maneira de falar. Parece desenharse, assim, nos madeirenses uma representação de dupla filiação linguística: portuguesa, em primeiro lugar, seguida da “madeirensidade”, simbolizada por uma variedade falada distinta, também ela considerada de prestígio, um centro (regional/insular) dentro do centro do todo nacional – Lisboa, a capital – a variedade de prestígio legitimado. A atitude positiva manifesta pelos madeirenses em relação à sua variedade falada poderia ser entendida a partir do conceito de prestígio encoberto (*conceit*), introduzido por Labov e também desenvolvido por Trudgill (1972), e que procura explicar o uso de formas linguísticas não-padrão por parte de alguns grupos de uma comunidade de fala (os homens mais do que as mulheres, em particular). Estes usos constituem um padrão de prestígio implícito dentro da comunidade, com um valor simbólico de solidariedade para o grupo, em contraste com os valores de autoridade (clareza, elegância, pureza, competência) que caracterizam o prestígio legítimo.